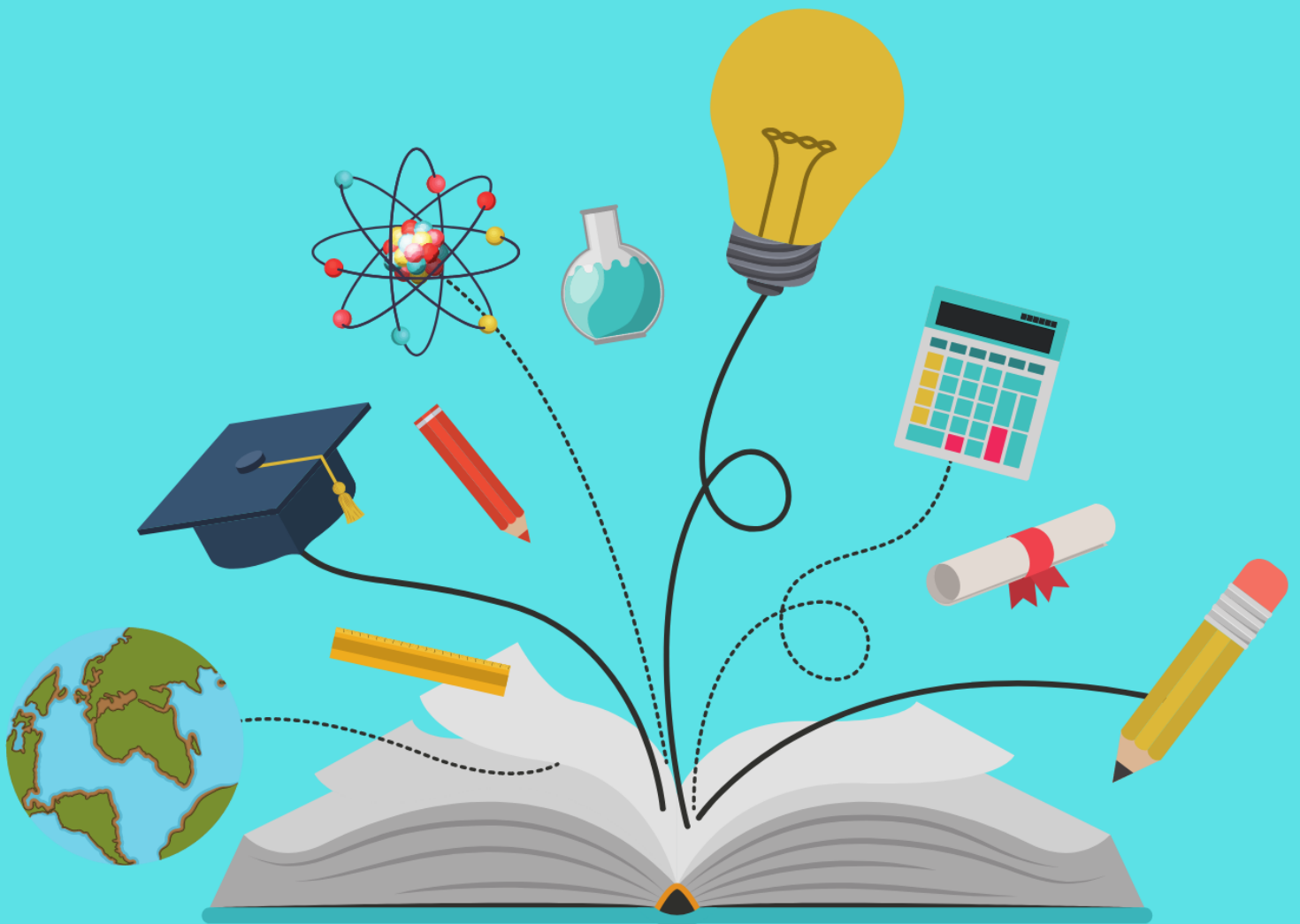


EDUCAÇÃO

DILEMAS CONTEMPORÂNEOS

Volume XI



Lucas Rodrigues Oliveira
Organizador

Educação
Dilemas Contemporâneos
Volume XI



Pantanal Editora

2022

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Profa. Msc. Adriana Flávia Neu

Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior

Profa. Msc. Aris Verdecia Peña

Profa. Arisleidis Chapman Verdecia

Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva

Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo

Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu

Prof. Dr. Carlos Nick

Prof. Dr. Claudio Silveira Maia

Prof. Dr. Cleberton Correia Santos

Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva

Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos

Prof. Msc. David Chacon Alvarez

Prof. Dr. Denis Silva Nogueira

Profa. Dra. Denise Silva Nogueira

Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão

Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves

Prof. Me. Ernane Rosa Martins

Prof. Dr. Fábio Steiner

Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza

Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez

Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles

Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira

Prof. Msc. Javier Revilla Armesto

Prof. Msc. João Camilo Sevilla

Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales

Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski

Prof. Msc. Lucas R. Oliveira

Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela

Prof. Dr. Leandro Argentel-Martínez

Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan

Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann

Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior

Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos

Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla

Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira

Profa. Msc. Núbia Flávia Oliveira Mendes

Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira

Profa. Dra. Patrícia Maurer

Profa. Msc. Queila Pahim da Silva

Prof. Dr. Rafael Chapman Auty

Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke

Prof. Dr. Raphael Reis da Silva

Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes

Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)

Profa. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos

Msc. Tayronne de Almeida Rodrigues

Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca

Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira

Profa. Dra. Yilan Fung Boix

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Instituição

OAB/PB

Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã

UO (Cuba)

IF SUDESTE MG

Facultad de Medicina (Cuba)

ISCM (Cuba)

UFESSPA

UEA

UNEMAT

UFV

AJES

UFGD

UEMS

IFPA

UNICENTRO

IFMT

UFMG

URCA

ISEPAM-FAETEC

IFG

UEMS

UFF

(Colômbia)

UNAM (Peru)

IFRR

UCG (México)

Mun. Rio de Janeiro

UNMSM (Peru)

UFMT

Mun. de Chap. do Sul

IFPR

Tec-NM (México)

Consultório em Santa Maria

UFJF

UEG

FAQ

UNAM (Peru)

SEDUC/PA

IFB

IFPA

UNIPAMPA

IFB

UO (Cuba)

UFMS

UFPI

UFG

UEMA

IFB

UFPI

FURG

UO (Cuba)

UFT

Conselho Técnico Científico
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação [livro eletrônico] : dilemas contemporâneos: volume XI / Organizador Lucas Rodrigues Oliveira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2022. 86p. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-65-81460-26-6 DOI https://doi.org/10.46420/9786581460266 1. Educação. 2. Aprendizagem. 3. Gestão escolar. I. Oliveira, Lucas Rodrigues. CDD 370.1
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

Apresentação

Nesse décimo primeiro volume de “Educação: dilemas contemporâneos” prossegue-se com as necessárias discussões e reflexões acerca da educação nacional que, nesse momento, passa por uma retoma em suas atividades: depois de dois anos de aulas remotas ou semipresenciais – ocasionadas pela pandemia -, mesmo ainda vivendo nessa situação pandêmica, grande parte das escolas brasileiras estão iniciando esse ano letivo com as aulas totalmente presenciais. A partir de agora, muitas novas situações geradas por esse processo de pandemia precisarão ser observadas, a fim de que os prejuízos sejam minimizados.

Intitulado “Neotecnicismo na Educação: origem e concepção”, o primeiro capítulo desse livro tem o objetivo de discutir os principais aspectos da educação tecnicista; assim, sobre esse tema, serão apresentados: origem, concepção, método e finalidade. Na sequência, o capítulo “Ensinar a esperança... Algumas reflexões sobre Paulo Freire” abordará importantes questões sobre esse importante educador, reconhecido como o patrono da educação brasileira, estudo em diversos países do mundo.

O próximo capítulo irá tratar da “Criatividade no cotidiano escolar: uma reflexão necessária para formação humana.” O quarto capítulo intitulado: “Dialogando com a animação Guida no contexto da pedagogia da comunicação dentro da sala de aula” irá mostrar como é possível inovar na sala de aula, buscando o desenvolvimento e a aprendizagem integral dos alunos.

O quinto capítulo “Um estudo sobre a pedagogia da comunicação na animação show da Luna na sala de aula” mostrará também que, principalmente com as crianças pequenas, é possível inovar em sala de aula e fazer com que os alunos aprendam de forma lúdica.

Em “Psicomotricidade e movimento: reflexos no Ensino Fundamental”, como os próprios autores esclarecem, há o objetivo principal de mostrar a importância da Psicomotricidade para o processo de ensino e aprendizagem na escola.

Por fim, o sétimo capítulo dessa obra é intitulado “Gênero e inserção profissional: egressas e egressos da Universidade Federal do Paraná - setor litoral”; nesse texto, é possível observar uma realidade que, infelizmente, ainda existe no Brasil: as desigualdades de gênero no acesso aos direitos, em especial, o acesso ao trabalho.

Lucas Rodrigues Oliveira


Sumário

Apresentação	4
Capítulo I	6
Neotecnicismo na Educação: origem e concepção	6
Capítulo II	23
Ensinar a esperança... algumas reflexões sobre Paulo Freire	23
Capítulo III	35
Criatividade no cotidiano escolar: uma reflexão necessária para formação humana	35
Capítulo IV	48
Dialogando com a animação Guida no contexto da pedagogia da comunicação dentro da sala de aula	48
Capítulo V	55
Um estudo sobre a pedagogia da comunicação na animação show da Luna na sala de aula	55
Capítulo VI	64
Psicomotricidade e movimento: reflexos no Ensino Fundamental	64
Capítulo VII	72
Gênero e inserção profissional: egressas e egressos da UFPR setor litoral	72
Índice Remissivo	85
Sobre o organizador	86


Gênero e inserção profissional: egressas e egressos da UFPR setor litoral


Recebido em: 19/02/2022


Aceito em: 20/02/2022


 10.46420/9786581460266cap7


Adriana Lucinda de Oliveira^{1*} 


Elsi do Rocio Cardoso Alano² 

Emerson Joucoski³ 

Gabriela Santos Pereira⁴ 

Aline Hagedorn Vallejo Martins⁵ 

Vilma Alves de Almeida⁶ 

Leticia Lopes⁷ 

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado da investigação desenvolvida pelo grupo de pesquisa Educação e Trabalho, o qual tem como pressuposto apresentar as diferenças de gênero expressas nos dados levantados, a partir do(as) egressos(as) dos cursos da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral. Tais diferenças são expressas em diversas dimensões, principalmente, na relação educacional e laboral, temas centrais do referido grupo de pesquisa.

O recorte de gênero se deu em função da relevância do tema e pelo destaque que as mulheres alcançaram na coleta de dados, sendo elas a maioria das respondentes, o que evidencia a supremacia feminina no ensino de superior.

É notório que vivemos em uma sociedade machista e patriarcal, e, foi preciso muitos movimentos para que as mulheres pudessem conquistar o mínimo de espaço neste modelo societário. Cabe ressaltar que, mesmo entre as mulheres, há diferenças nos espaços conquistados que dizem respeito, sobretudo, às questões ligadas à classe social e pertença étnico racial.

Sobre tais conquistas este processo tomou tempo. Foi ao longo de várias décadas que diferentes mulheres se levantaram para batalhar por uma sociedade mais justa e igualitária, lutas travadas para que se

¹ Doutora em Políticas Públicas, Universidade Federal do Paraná (UFPR); Endereço: Rua Jaguaruaíva 512, Caiobá – Matinhos – PR, CEP: 83.260-000.

² Doutora em Administração, Universidade Federal do Paraná (UFPR).

³ Doutor em Ensino de Ciências, Universidade Federal do Paraná (UFPR).

⁴ Bacharel em Gestão e Empreendedorismo, Universidade Federal do Paraná (UFPR); bolsista do grupo de pesquisa.

⁵ Graduada em Licenciatura em Linguagem e Comunicação, Universidade Federal do Paraná (UFPR); bolsista do grupo de pesquisa.

⁶ Graduada em Serviço Social, Universidade Federal do Paraná (UFPR); bolsista do grupo de pesquisa.

⁷ Bacharel em Gestão e Empreendedorismo, Universidade Federal do Paraná (UFPR); bolsista do grupo de pesquisa.

* Autor correspondente: adrilucinda@gmail.com

tornasse possível, para que suas vozes fossem ouvidas, suas opiniões fossem consideradas e, para que seus direitos fossem mais equânimes.

No Brasil, estes processos tomam força a partir dos anos de 1920. Galvão (2015) aponta que este período foi crucial para os movimentos populares do país, foi nesta década que houve as revoltas tenentistas, a criação do partido comunista brasileiro, mobilizações dos grupos operários e, tiveram destaque, as lutas feministas em prol do direito ao voto, resultando na “garantia desse direito no Código Eleitoral de 24 de fevereiro de 1932, data recentemente transformada em dia comemorativo da conquista do voto feminino no Brasil” (Galvão, 2015). Embora mereça destaque e o devido reconhecimento, não se pretende esgotar, neste *paper*, as discussões acerca de todos os feitos realizados pelos movimentos feministas.

O intuito aqui é ressaltar que, apesar de alguns avanços, facilmente constata-se a permanência das desigualdades de gênero no acesso aos diferenciados direitos socialmente e historicamente conquistados, principalmente, no que diz respeito ao mundo do trabalho. Com este trabalho há a pretensão de elucidar o processo de acesso das egressas da UFPR - Setor Litoral no mundo do trabalho, bem como a relação com a trajetória acadêmica, evidenciando as fragilidades que permeiam as garantias arduamente conquistadas por esta parcela da população.

A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO

As formas de inserção no mundo laboral ocorreram, e ocorrem, com algumas diferenças para cada grupo de mulheres. De acordo com Rago (2014) foi a partir do início do século XIX que as mulheres passaram a ocupar novos postos na sociedade, sendo exigido sua participação ativa no mundo do trabalho.

Às mulheres ricas, as exigências de um bom preparo e educação para o casamento, tanto quanto as preocupações estéticas, com a moda ou com a casa, reclamam sua frequência nos novos espaços da cidade, como nas escolas então criadas para os filhos das famílias abastadas. [...] Às mulheres pobres e miseráveis, as fábricas e escritórios comerciais, os serviços em lojas, nas casas elegantes ou na companhia telefônica, apareciam como alternativas possíveis e necessárias (Rago, 2014).

Já na contemporaneidade essas diferenças persistem, sobretudo, quando comparada à atuação das mulheres no mundo do trabalho frente a atuação dos homens. As desigualdades são evidenciadas em várias esferas como na área de atividade, hierarquias e faixas salariais.

Referente a cargos que requerem ensino superior, onde tecnicamente homens e mulheres contariam com o mesmo nível de instrução, Leone e Portilho (2018) apontam que a devida qualificação não garante rendimentos equivalentes quando tais cargos são ocupados por homens, além da maior dificuldade de ascensão por parte das mulheres aos espaços de poder e decisão.

Corroborando com essa discussão, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que

[...] A Taxa de participação (CMIG3), que tem como objetivo medir a parcela da população em idade de trabalhar (PIT) que está na força de trabalho, ou seja, trabalhando ou procurando trabalho e disponível para trabalhar, aponta a maior dificuldade de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Em 2019, a taxa de participação das mulheres com 15 anos ou mais de idade foi de 54,5%, enquanto entre os homens esta medida chegou a 73,7%, uma diferença de 19,2 pontos percentuais. O patamar elevado de desigualdade se manteve ao longo da série histórica e se manifestou tanto entre mulheres e homens brancos, quanto entre mulheres e homens pretos ou pardos (IBGE, 2019).

Apesar das grandes dificuldades identificadas, a diferença salarial não pode ser conferida à educação, pois há evidências que revelam que as mulheres no Brasil são mais instruídas que os homens (IBGE, 2019). Sob essa perspectiva são notórias as conquistas femininas, bem como a feminização do ensino superior, em que a proporção de mulheres de cortes mais jovens é quase duas vezes maior que a dos homens (Leone; Portilho, 2018).

No Brasil, assim como em outros países, evidencia-se a existência de diversas desigualdades, entretanto, no que concerne a inserção das mulheres no mundo de trabalho, esta desigualdade de gênero é transponível. Desde o período da industrialização, as transformações foram demasiadamente propensas para a inclusão do gênero feminino no mundo do trabalho. Para Guedes (2010)

O intenso processo de inserção laboral da população feminina como um todo vem trazendo à tona, a partir do final do século XX, duas questões importantes. Embora as mulheres de nível universitário já se defrontaram com elas em 1970, recentemente ambas vêm adquirindo mais relevância na sociedade brasileira. A primeira é o fato de que as responsabilidades familiares não constituem um empecilho para a participação das mulheres no mercado de trabalho. Diversos trabalhos mostram que os principais incrementos da taxa total de participação laboral das mulheres nos últimos anos são resultado do grande aumento da inserção do grupo de mulheres casadas e com filhos (Guedes, 2010).

Cada vez mais as mulheres têm tornado a busca pela educação uma missão, não somente profissional, mas de vida. Com as desigualdades evidentes na sociedade econômica e de inserção no trabalho, elas buscam aperfeiçoar-se ao máximo. No entanto, as conquistas das mulheres no âmbito educacional não foram acompanhadas pela mesma escala de progresso em ocupações que exigem educação superior no mundo do trabalho. A maioria das mulheres nesses cargos não têm garantias que terão a mesma condição dos homens (Leone; Portilho, 2018).

DIFERENÇAS SALARIAIS ENTRE HOMENS E MULHERES

No ano de 2020, as mulheres negras receberam em torno de R\$ 10,95 por dia e os homens negros R\$ 11,95. Para os não negros também houve uma significativa desigualdade onde a mulher recebeu R\$ 18,15 e o homem teve rendimento equivalente a R\$ 20,79/dia (Dieese, 2020). É visível a diferença salarial entre homens e mulheres, situação esta que vem ocorrendo desde as primícias da entrada da mulher no mundo do trabalho.

Segundo o Dieese (2020), as mulheres tiveram um regresso em suas ocupações. No ano de 2019 o número de mulheres ocupadas no Brasil chegava a 41,2 milhões e de acordo com esse levantamento esse número caiu para 35,5 milhões.

Além das assimetrias nos rendimentos, as discrepâncias no acesso à escolaridade são evidenciadas em pesquisa do IBGE (2019), ao constatar que somente nos anos iniciais de ensino formal há a mesma taxa ajustada de frequência escolar líquida para os dois sexos (95,8%). Nos anos subsequentes, as mulheres passaram a registrar taxas superiores às dos homens, com uma diferença que vai se alargando até atingir seu ponto máximo no ensino superior, onde as mulheres registraram uma taxa de 29,7%, contra 21,5% dos homens. Sob esta prerrogativa, constata-se que o maior investimento feminino no prolongamento do percurso escolar, não se traduz, paradoxalmente, em situações de inserção profissional para as mulheres.

METODOLOGIA

Os dados sistematizados deste estudo são provenientes do levantamento do Grupo de Pesquisa Educação e Trabalho, que desde 2016 se dedica a estudar o processo de inserção e desenvolvimento profissional de egressos e egressas do setor Litoral da UFPR. A elaboração deste artigo partiu da identificação das diferenças nas respostas entre homens e mulheres, em que reiterou a feminização do ensino superior, de tal forma que o foco da análise se encontra na perspectiva de gênero. Para tanto, realizou-se um estudo bibliográfico segundo as categorias: trabalho, inserção profissional, mulher, gênero e ensino superior. Durante a leitura dos materiais também foi realizado o processo de extração dos dados do questionário que a equipe de pesquisa aplicou aos egressos e egressas do Setor Litoral da UFPR.

As informações como telefone e *e-mail*, dos sujeitos da pesquisa, foram obtidas através da gestão acadêmica do Setor Litoral. O contato com as diplomadas e diplomados se deu por meio de ligação telefônica, *Facebook*, *Instagram*, *WhatsApp* e mensagens de *e-mail*. Os resultados da pesquisa incluem questões relacionadas ao perfil dos egressos e egressas, trajetória do processo de formação, inserção profissional e prolongamento dos estudos. O instrumento de coleta de dados contou com 116 questões abertas, fechadas e de múltipla escolha, estruturadas de acordo com a trajetória percorrida pelo(a) respondente.

A amostra da pesquisa compreende um total de 470 egressos(as), que se formaram em um dos 15 cursos do Setor Litoral da UFPR, entre os anos de 2008 a 2020, este número corresponde ao total de respondentes ao questionário aplicado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA

A amostra compreendeu 470 respondentes, sendo que destes 315 (67,1%) são mulheres e 155 (32,9%) são homens. No que se refere a faixa etária, o intervalo compreendido de 22 a 29 anos têm 111 (35,2%) mulheres e 45 (29,0%) homens. Já o intervalo de 30 a 39 anos 135 (42,9%) são mulheres e 77 (49,7%) são homens. Os intervalos de 40 a 49 anos e 50 a 59 anos são os que têm um número menor sendo 54 (17,1%) e 10 (3,2%) mulheres, e, 18 (11,6%) e 11 (7,1%) homens, respectivamente. Considerando a idade de 60 anos ou mais, as mulheres são 05 (1,6%) e os homens 04 (2,6 %) totalizando assim 315 (67,0%) mulheres e 155 (33,0%) homens.

Percebe-se que o maior número de respondentes são mulheres, sendo elas atualmente na idade de 22 a 39 anos (78,1% das mulheres da amostra analisada). Entre os homens egressos identifica-se que estão, em sua maioria, também na faixa etária de 22 a 39 anos (78,7% da amostra masculina). Esses dados demonstram, estatisticamente, a feminização do ensino superior, em consonância com uma tendência transversal a vários países. Registra-se uma inversão das assimetrias de gênero no ensino superior, considerando que ao longo dos últimos anos se consolidou a tendência para se diplomarem mais mulheres do que homens (Alves e Morais, 2021).

Sob a perspectiva de Leone e Portilho (2018),

[..] as mulheres são a maioria dos estudantes universitários, porém ainda estão muito concentradas nas carreiras acadêmicas que dão acesso às ocupações pior remuneradas e de menor prestígio social, dentre aquelas que exigem nível superior de escolaridade. (Leone e Portilho, 2018).

CURSOS ESCOLHIDOS PELOS(AS) 470 RESPONDENTES

Tabela 1. Último curso que completou na UFPR Litoral, por gênero. Fonte: Os(As) autores(as).

Curso	F (%)	M (%)	Total por curso (%)
Administração Pública	1 (0,3)	3 (1,9)	4 (0,9)
Agroecologia	22 (7,0)	17 (11,0)	39 (8,3)
Gestão Ambiental	33 (10,5)	25 (16,1)	58 (12,3)
Gestão Desportiva e do Lazer	5 (1,6)	3 (1,9)	8 (1,7)
Gestão Imobiliária	27 (8,6)	18 (11,6)	45 (9,6)
Gestão Pública	5 (1,6)	5 (3,2)	10 (2,1)
Gestão de Turismo	15 (4,8)	6 (3,9)	21 (4,5)
Gestão e Empreendedorismo	22 (7,0)	22 (14,2)	44 (9,4)

Licenciatura em Artes	29 (9,2)	5 (3,2)	34 (7,2)
Licenciatura em Educação Física	8 (2,5)	6 (3,9)	14 (3,0)
Licenciatura em Ciências	32 (10,2)	18 (11,6)	50 (10,6)
Licenciatura em Educação do Campo	18 (5,7)	11 (7,2)	29 (6,2)
Licenciatura em Linguagem e Comunicação	11 (3,5)	4 (2,6)	15 (3,2)
Saúde Coletiva	40 (12,7)	5 (3,2)	45 (9,6)
Serviço Social	47 (14,9)	7 (4,5)	54 (11,5)
Total	315 (67,0)	155 (33,0)	470 (100%)

A Tabela 1 mostra que há uma maioria feminina expressiva de mulheres em cursos como Serviço Social (14,9%), Saúde Coletiva (12,7%) e nas licenciaturas (31,1%), que expressam a marca do papel de cuidado historicamente construído e destinado às mulheres. Mesmo com tantas conquistas e avanços, essa marca de gênero persiste e está relacionada com o papel da mulher na sociedade. Vitorino (2021) corrobora com essa discussão ao realizar um estudo com foco na docência e nas profissões afetadas à marca do cuidado. A referida autora afirma que

vários fatores contribuem para que os cargos na docência sejam ocupados por mulheres numa sociedade machista, patriarcal, o que levanta outras questões para pensarmos, tais como a desvalorização de áreas predominantemente femininas e o modo como a produção capitalista utiliza-se da presença desse grande quantitativo de mulheres na docência e em profissões relacionadas ao cuidado (Vitorino, 2021).

Também corroboram com este pressuposto Noronha e Fonseca (2019) ao ressaltar que

Mesmo com as novas configurações do mundo do trabalho, tendo em vista a inserção das mulheres nas universidades e no mercado de trabalho, as profissões e espaços historicamente voltados para as mulheres continuam sendo ocupados pelas mesmas em função das estruturas socioeconômicas que ainda as vinculam ao cuidado (Noronha e Fonseca, 2019).

Consecutivamente, destaca-se a participação dos(as) egressos(as) em diferenciados projetos, como elementos que compõem as habilidades técnicas, comportamentais e relacionais do mundo do trabalho. Constata-se que 311 (66,2%) dos(as) respondentes confirmam a sua participação em diferentes espaços extracurriculares durante a formação, sendo eles: Extensão, Licenciar, Monitoria, PET, PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), PID (Programa de Iniciação à Docência/Monitoria e PVA (Programa de Voluntariado Acadêmico), sendo que dentre esses espaços 204 (65,6%) dos(as) participantes da pesquisa tiveram a experiência junto aos projetos extensionistas

Esse resultado está em consonância com as características do Setor Litoral da UFPR, que tem, desde sua criação, um forte caráter extensionista e uma intencionalidade de contribuir com o desenvolvimento da região (Angelotti, 2018).

Oliveira (2015) aponta que o acesso a atividades extraclasse são diferenciais no percurso dos(as) diplomados(as), Alves (2012) as classifica como estratégias para tornar seus currículos mais atrativos e Tomlinson (2008) como credenciais fora da aprendizagem formal. É consenso entre esses pesquisadores que o acesso aos espaços de formação, em paralelo aos cursos, possibilita uma aproximação com a dimensão teórico-prática das diferentes áreas de formação, bem como a ampliação do rol de habilidades e competências

Soares e Severino (2018) corroboram com esse debate ao avaliar que várias didáticas conduzem à evolução progressiva do aluno durante a sua trajetória no curso. Espaços de formação, como por exemplo o Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), do CNPq, contribui no processo de aprendizagem e têm a capacidade de potencializar a construção do conhecimento, ressignificar saberes prévios, aproximar os sujeitos da realidade do entorno da Universidade, bem como contribuir para a construção de um espectro maior de possibilidades de atuação profissional.

ATIVIDADE PROFISSIONAL DAS EGRESSAS DO SETOR LITORAL, REFERENTE AO PRIMEIRO EMPREGO NA ÁREA DE FORMAÇÃO

A pesquisa possibilitou identificar o tempo em que as egressas esperaram para desenvolver atividades profissionais na área de sua formação, comparando-as com o levantamento dos dados referentes aos egressos. Os dados contidos na Tabela 2 revelam a dificuldade das egressas em conseguir emprego na área de sua formação, sendo que 47,3% delas não atuam na área.

Tabela 2. Período de espera entre a conclusão do curso e o primeiro emprego na área de formação. Fonte: Os(As) autores(as).

Tempo decorrido entre a conclusão do curso e a obtenção do primeiro trabalho na sua área	F	M
Até hoje não conseguiu trabalho na área de formação	149 (47,3)	64 (41,3)
De 2 a 6 meses	31 (9,8)	21 (13,5)
De 7 a 12 meses	18 (5,7)	10 (6,5)
Menos de 1 mês	18 (5,7)	7 (4,5)
Mais de um ano	42 (13,3)	11 (7,1)
Nenhum, consegui o primeiro trabalho na área durante o curso	32 (10,2)	24 (15,5)

Já trabalhava na área	25 (7,9)	18 (11,6)
Total	315 (67,0)	155 (33,0)

A incerteza de empregabilidade é um fator que frustra muitos(as) recém formados(as), pois a conquista de um diploma de nível superior já não configura como uma garantia para a inserção profissional, apesar de contribuir no processo de concorrência por um espaço no mundo do trabalho.

Nesse sentido, os resultados da Tabela 2 evidenciam de que forma se dá a inserção no mundo do trabalho pelos(as) egressos(as) no momento em que responderam ao questionário, de acordo com suas respectivas áreas de formação.

Entretanto, no que se refere a atividade profissional, no momento da aplicação da pesquisa, os resultados são significativamente diferentes, conforme consta na Tabela 3.

Tabela 3. Atividade profissional no momento em que os egressos responderam ao questionário. Fonte: Os(As) autores(as).

Situação profissional dos egressos no momento em que responderam ao questionário	F	M
Estou desempregado	65 (20,6)	19 (12,3)
Estou em outro trabalho na área de formação, diferente do primeiro	64 (20,3)	29 (18,7)
Estou me dedicando somente aos estudos	23 (7,3)	13 (8,4)
Estou no primeiro trabalho na área de formação	68 (21,6)	39 (25,2)
Estou trabalhando em outra área	95 (30,2)	55 (35,5)
Total	315 (67,0)	155 (33,0)

A Tabela 3 revela que cerca de 20,6% das mulheres egressas se encontram desempregadas, que 41,9% estão trabalhando na área de formação e que 30,2% estão trabalhando em outra área. Todos esses dados reiteram a complexidade e processualidade da inserção profissional, que muito além das trajetórias pessoais é fortemente determinada pela conjuntura social e econômica do país. Importante considerar também que, o município de Matinhos (*locus* da pesquisa), apresenta grande fragilidade econômica. De acordo com dados do IBGE, no ano de 2010, 31,7% da população contava com rendimento nominal mensal *per capita* de até 1/2 salário mínimo. Em 2019, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 2.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de apenas 24.9%.

Para além destas particularidades do território temos presenciado, nas últimas décadas, um intenso e crescente processo de terceirização, desindustrialização, desregulamentação dos direitos trabalhistas, aumento da informalidade, do desemprego e da desproteção social, em consonância com as reformas neoliberais adotadas no país.

O resultado de tudo isso tem sido a predominância de massivo desemprego aberto, acompanhado da ampliação da subutilização da força de trabalho e da generalização da precarização nas ocupações. A polarização crescente no interior da sociedade revela não apenas a destruição dos postos de trabalho de classe média, como a expansão de empregos não assalariados de maior remuneração, sem acesso à proteção social e trabalhista. A transição antecipada para a sociedade de serviços tem sido acompanhada de transformações substanciais no funcionamento do mercado de trabalho. Em função disso, a temporalidade em curso no mundo do trabalho brasileiro diferencia-se profundamente da observada em períodos anteriores de predominância tanto da sociedade agrária como a urbana e industrial (Pochmann, 2020).

Frente a toda essa conjuntura, pode-se concluir que a processualidade da inserção profissional compreende não apenas a obtenção de um emprego e de uma situação profissional e contratual, mas constitui-se de uma série de outros elementos, como as características sociais, políticas e econômicas da região, as demandas do mundo do trabalho, as iniciativas de articulação das políticas de educação, juventude e trabalho, as trajetórias educacionais, as experiências laborais, habilidades e saberes do trabalho desenvolvidos durante as experiências de formação e aprendizagem ao longo da vida.

Concebe-se a inserção profissional como um processo constituído por dois movimentos: diacrônico e sincrônico. O diacrônico decorre da complexidade da transição do espaço educativo para o espaço profissional alongado no tempo e o sincrônico decorre dos percursos formativos e da vida dos egressos, que envolvem uma série de outros elementos e determinantes sociais, políticos, econômicos e geográficos, que caminham juntos (Oliveira; Silva, 2017).

Os(as) pesquisados(as) foram questionados(as) sobre as mudanças advindas da conclusão do curso superior, cujo questionamento foi: “Qual foi a principal mudança que resultou do fato de ter concluído o curso” para as mulheres e para os homens, respectivamente, iniciando com a opção “Aumento salarial” 18 (5,7%) e 22 (14,7%). Já na opção “Consegui o primeiro trabalho na área que me formei” 61 (19,4%) mulheres e 22 (14,2%) homens assinalaram esta opção. Quanto ao “Desempenho de funções mais compatíveis com a formação” obteve-se como resposta 49 (15,6%) mulheres e 24 (15,5%) homens. Contudo, para a “Melhoria das condições de trabalho” 32 (10,2%) e 22 (14,2%) e para “Nenhuma mudança” 122 (38,7%) e 47 (30,3%) feminino e masculino, respectivamente. Para a opção “Outros” 33 (10,5%) e 18 (11,6%). O total para o questionamento foi de 315 (67,0%) mulheres e 155 (33,0%) homens.

As assimetrias são reiteradas, considerando que mesmo que o universo de homens respondentes tenha sido menor, o percentual maior de aumento salarial foi masculino. Em contrapartida, as mulheres se destacam no acesso à área de formação e melhorias nas condições de trabalho. Chamamos a atenção para o alto percentual da opção que não houve mudanças, o que evidencia que o ensino superior não é mais um passaporte para a inserção profissional, muito menos para o acesso a mudanças e melhorias no mundo do trabalho.

FAIXA SALARIAL ENQUANTO RENDIMENTO DE HOMENS E MULHERES

A Tabela 4 apresenta a faixa de rendimento dos(a)s profissionais por gênero.

Tabela 4. Rendimentos por gênero. Fonte: Os(as) Autores(as).

Qual a sua renda em salários no momento*	F (%)	M (%)
Acima de R\$ 7.578,76	2 (0,9)	10 (8,1)
Até R\$ 998,00	21 (9,3)	9 (7,3)
De R\$ 998,01 a R\$ 1.497,02	53 (23,3)	16 (13,0)
De R\$ 1.497,03 a R\$ 2.245,54	59 (26,0)	22 (17,9)
De R\$ 2.245,55 a R\$ 3.368,32	49 (21,6)	29 (23,6)
De R\$ 3.368,33 a R\$ 5.052,50	32 (14,1)	16 (13,0)
De R\$ 5.052,51 a R\$ 7.578,76	11 (4,8)	21 (17,1)
Total	227 (48,3)	123 (26,2)

Os dados da Tabela 4 demonstra que homens e mulheres, que estão na faixa salarial entre R\$998,01 e R\$3.368,32 61,8% (217), encontram-se abaixo da média salarial nacional divulgada pelo IBGE (2019), que foi de R\$5.108. Outro dado interessante é que apesar do quantitativo do gênero feminino ser maior, os salários mais altos estão destinados ao grupo masculino, já que 31 egressos (25,4) possuem salários acima de R\$5.052,51, enquanto as egressas apenas 13 (5,7) encontram-se nessa faixa salarial.

A pesquisa também identificou que 185 (39,4%) dos(as) egressos(as) respondentes informaram que deram continuidade aos estudos. Destes 129 (69,7%) optaram em continuar os estudos em decorrência da necessidade de aprimorar seus conhecimentos, com a finalidade de melhor desenvolver a atividade profissional. Tal necessidade pode estar relacionada a competitividade do mundo do trabalho, assim como as exigências impostas por este aos indivíduos. Para Oliveira (2015) tais exigências fazem parte da ordem capitalista contemporânea e são responsáveis pelas transformações no mundo do trabalho, que afetam diretamente as relações, as formas de organização dos trabalhadores e, ainda, alteram significativamente as chamadas especializações do trabalho.

Os dados apontam que o prolongamento dos estudos tem se dado em diversos níveis, sendo que 129 (69,7%) realizaram ou estão inseridos em programas de pós-graduação *lato sensu*, 40 (21,6 %) em nível de mestrado, 12 (6,4 %) em nível de doutorado e 38 (20,5 %) optaram por outra graduação. As respostas

a essa questão se deram de forma cumulativa, assim alguns participantes responderam não só a respeito do curso que estão inseridos atualmente, mas também ao que fizeram anteriormente, indicando sua trajetória acadêmica percorrida até o momento. Dos 40 respondentes que acessaram o mestrado, 25 são mulheres. A esse respeito Leone e Portilho (2018) afirmam que embora as conquistas femininas tenham tido destaque no campo educacional, o mesmo não ocorre no mundo do trabalho em ocupações onde é exigido o nível superior, “as maiores proporções de mulheres nessas ocupações não as têm garantido o acesso a níveis de rendimento semelhantes aos dos homens” (p. 228-229).

De toda forma, a permanência de vinculação com espaços formativos tem sido caracterizada como estratégia ao desemprego, de manter-se atualizado frente às exigências do mundo do trabalho, bem como de ampliar as possibilidades de inserção profissional (Souza e Mattos, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordamos as categorias gênero e inserção profissional, ambas complexas e marcadas por vários determinantes históricos, sociais, regionais, econômicos e de acesso a políticas públicas de educação e trabalho. No atual cenário de incertezas e desregulamentação dos direitos trabalhistas, o diploma de ensino superior apresenta-se somente como uma possibilidade de colocar-se no mundo do trabalho, sem nenhuma garantia de inserção profissional. Nesse sentido, o prolongamento dos estudos caracteriza-se em uma estratégia de manter-se atualizado e em busca de uma oportunidade no mundo do trabalho.

Considera-se que apesar da maioria dos(as) egressos(as) pesquisados(as) serem do gênero feminino a faixa salarial não condiz com o quantitativo, dado ao fato de que na faixa salarial de valoração maior, as mulheres são minoria. Contudo, o ponto marcante e que converge com a teoria apresentada é que, apesar de tantos avanços, as profissões de cuidado ao próximo, como por exemplo Serviço Social, Licenciaturas e Saúde Coletiva, apresentaram como resultado a preferência pelo gênero feminino nos dados levantados. Fato este ainda estereotipado pela sociedade que atribui à mulher este papel, desconsiderando assim que muitos homens podem cuidar do próximo tanto quanto.

Uma questão extremamente importante para a contemporaneidade é refletir e pesquisar sobre as profissões e as demandas em consonância com a empregabilidade, fator este que incide diretamente na atuação de profissionais fora da área de formação, pois percebe-se uma discrepância entre demanda de profissionais em determinadas áreas e a oferta de trabalho.

A pesquisa mostrou que, paradoxalmente à feminização do ensino superior, o processo de inserção profissional das mulheres tem contornos que reiteram as assimetrias de gênero. Em uma sociedade atravessada por uma cultura machista e patriarcal, os avanços e conquistas femininas são acompanhados pelos históricos preconceitos, desigualdades, pelos papéis instituídos e relacionados aos cuidados. Destarte reforçamos a relevância de pesquisas com esse recorte e, principalmente, a defesa da equidade, do acesso

à educação superior e ao trabalho, como direitos acessados individualmente, mas com uma perspectiva coletiva no seu usufruto e reivindicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves MG, Moraes C (2021). A inserção profissional de licenciados e mestres: efeitos paradoxais da feminização do ensino superior em tempos de incerteza. In: *Sociologia, Problemas e Práticas*: 103-126.
- Alves MG (2012). Aprendizagem ao longo da vida e transições educativas e profissionais: os diplomados de ensino superior em tempos de incerteza. In: *Congresso Português de Sociologia*. Porto. Anais, Porto: Associação Portuguesa de Sociologia: 3-16.
- Angelotti R (2018). Contribuições da extensão universitária para o ecodesenvolvimento: o caso do Setor Litoral da UFPR. Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (Tese). UFPR. 208p.
- DIEESE Brasil (2020). A inserção das mulheres no mercado de trabalho.: 3º trimestres de 2019 e de 2020.
- Galvão LM (2015). Os entrecruzamentos das lutas feministas pelo voto feminino e por educação na década de 1920. *Direito & Práxis*, 7(13): 176-203.
- Guedes MC (2010). A inserção dos trabalhadores mais escolarizados no mercado de trabalho brasileiro: uma análise de gênero. *Trabalho, educação e saúde*, 8(1): 55-75.
- IBGE (2019) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica, n.38. Estatísticas de Gênero e Indicadores sociais das mulheres no Brasil, 2ª edição: 1-12. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf>. Acesso em: 16 de nov. 2021.
- IBGE (2021) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/matinhos/panorama>>. Acesso em: 4 de dezembro de 2021.
- IBGE (2019). Trabalho e Rendimento. Disponível em: <[https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18314-trabalho-e-rendimento.html#:~:text=Quanto%20ao%20n%C3%ADvel%20de%20instru%C3%A7%C3%A3o,instru%C3%A7%C3%A3o%20\(R%24%20918\)](https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18314-trabalho-e-rendimento.html#:~:text=Quanto%20ao%20n%C3%ADvel%20de%20instru%C3%A7%C3%A3o,instru%C3%A7%C3%A3o%20(R%24%20918))> Acesso em: 26 nov. 2021.
- IBGE (2017). Notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/17323-pnad-mercado-de-trabalho> . Acesso em: 3 jul. 2021.
- Leone ET, Portilho L (2018). Inserção de mulheres e homens com nível superior de escolaridade no mercado de trabalho brasileiro. *Temáticas, Campinas – SP*. 227-246.

- Marisa S, Severino AJ (2018). A prática da pesquisa no ensino superior: conhecimento pertencente na formação humana. *Avaliação*, 23(2): 372-390.
- Noronha KR, Fonseca LRSCM (2019). Gênero e trabalho: um estudo sobre as implicações da feminização do trabalho na categoria discente do serviço social. 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Brasília – DF: 1-11.
- Oliveira AL (2015). O processo de inserção profissional dos egressos da UFPR Setor Litoral. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (Tese). 191f.
- Oliveira AL, Silva LE (2017). A categoria inserção profissional: uma análise a partir do relato dos egressos da UFPR Setor Litoral. In: *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, 26(1): 75-84.
- Pochmann M (2020). Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. 25(1): 89-99.
- Tomlinson M (2008). The degree is not enough: students' perceptions of the role of higher education credentials for graduate work and employability. *British Journal of Sociology of Education*. 29: 49-61.
- Vitorino BM (2021). A melhor profissão para uma mulher é ser professora?: memórias da presença de mulheres na educação e profissões de cuidados. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Estatística) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- Rago M (2014). Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista Brasil: 1890-1930. 4 ed. São Paulo: Paz e terra, 209p.
- Soares M, Severino AJ (2018). A prática da pesquisa no ensino superior: conhecimento pertencente na formação humana. In: *Avaliação*, 23(2): 372-390.
- Souza GA, Mattos VDB (2020). Satisfação, formação e inserção profissional de egressos de uma universidade pública. In: *Psicologia Revista*, 29(2): 489–518.

Índice Remissivo

A

aprendizagem, 60, 63, 64, 65, 66

C

comunicação, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 54, 55,
56, 58, 59

criatividade, 31

D

desenvolvimento, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66

E

ecoformação, 36

educação, 60, 61, 63, 64, 65, 66

ensinar, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25

escola, 44, 45, 46, 49, 51, 52, 54, 58, 59, 80

G

gênero, 68

M

movimento, 60, 61, 62, 63, 64

P

pedagogia, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 58, 59

psicomotricidade, 60, 62, 63, 64, 66

S

sala de aula, 45, 46, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

T

transdisciplinaridade, 35, 36

Sobre o organizador

 **LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA**



Mestre em Educação pela UEMS, Especialista em Literatura Brasileira. Graduado em Letras - Habilitação Português/Inglês pela UEMS. Atuou nos projetos de pesquisa: Imagens indígenas pelo “outro” na música brasileira, Ficção e História em Avante, soldados: para trás, e ENEM, Livro Didático e Legislação Educacional: A Questão da Literatura. Diretor das Escolas Municipais do Campo (2017-2018). Coordenador pedagógico do Projeto Música e Arte (2019). Atualmente é professor de Língua Portuguesa no município de Chapadão do Sul. Contato: lucasrodrigues_oliveira@hotmail.com.



9 786581 460266



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br